

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.103 - MG (2019/0168162-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ELZILANE MARIA DA SILVA NOGUEIRA (PRESO)
ADVOGADO : FABRICIO DIAS TEIXEIRA - MG139343
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **ELZILANE MARIA DA SILVA NOGUEIRA** contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Na origem, constata-se prisão preventiva em desfavor da recorrente pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal e 14 da Lei n. 10.826/2003, na forma dos arts. 29 e 69 do Código Penal

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, foi a ordem denegada, nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS PREVENTIVO". HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PRESENÇA DOS REQUISITOS FÁTICOS (ARTIGO 312 DO CPP) E INSTRUMENTAIS (ARTIGO 313, I, DO CPP) DA MEDIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS APURADOS. CONDIÇÕES PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. CO NSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. Tendo sido a paciente denunciada pela suposta prática dos delitos de homicídio duplamente qualificado e porte de arma de fogo de uso permitido, presentes a prova da materialidade delitiva e os indícios suficientes de autoria, inexistente constrangimento ilegal na decisão que, fundamentadamente, decretou a sua segregação cautelar, visando a garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal.

2. O princípio do estado de inocência, estatuído no artigo 5º, LVII, da Constituição da República, não impede a manutenção da prisão provisória, quando presentes os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

3. O Código de Processo Penal preconiza, de forma expressa, o princípio da proporcionalidade, composto por dois outros, quais sejam: adequação e necessidade.

4. A prisão preventiva, espécie de medida cautelar, é exceção na sistemática processual, dando, o quanto possível, promoção efetiva ao princípio constitucional da não-culpabilidade. 5. Embora medida extrema, a imposição da segregação cautelar pode ser determinada sempre que presentes os requisitos exigidos pelo Código de Processo Penal, em seus artigos 312 e 313.

6. Sendo os crimes de homicídio duplamente qualificado e porte de

arma de fogo de uso restrito apenados com reprimenda máxima, privativa de liberdade, superior a quatro anos, é possível a segregação provisória como forma de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concretamente elevada dos fatos apurados.

7. Não se mostrando adequadas e suficientes, no caso concreto, as medidas cautelares diversas da prisão, não poderão ser aplicadas, mormente quando presentes os requisitos para a manutenção da prisão preventiva.

8. As condições pessoais favoráveis da paciente, mesmo quando comprovadas nos autos, por si sós, não garantem eventual direito de responder ao processo em liberdade, quando a necessidade da segregação se mostra patente como forma de garantia da ordem pública.

9. Ordem denegada..

No presente recurso, sustenta constrangimento ilegal diante da ausência dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

No mérito, pugna pelo provimento do recurso, a fim de que seja concedida a ordem e revogada a prisão preventiva e, subsidiariamente, aplicado o art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 0005396-91.2019.8.13.0312, a serem prestadas preferencialmente por meio de malote digital, com urgência.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator